



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 005/006

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
PFL Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cheida - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 005

5ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Telegramas	04
Ofícios.....	04
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Rosane Ferreira	13
Dep. Antonio Belinati	13
Dep. Plauto Miró.....	14
Dep. Jocelito Canto.....	15
Grande Expediente:	
Dep. Elton Welter.....	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Cláudio Romanelli ...	18
Liderança da Oposição	
Dep. Augustinho Zucchi	19
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	19
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	20
1ª Discussão	20
Requerimentos	21
Encerramento da Sessão.....	22

DIÁRIO Nº 006

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	23
Presenças.....	23
Abertura da Sessão	23
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Proposições)..	24
Explicações Pessoais:	
Dep. Jocelito Canto	26
Dep. Luiz Cláudio Romanelli.....	27
Dep. Valdir Rossoni	28
Encerramento da Sessão	28
Publicações:	
Comissão Executiva	
Indicações Legislativas	29
Comissões	
Segurança Pública.....	30
Ecologia e Meio Ambiente	30
Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.....	30

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 005

5ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Telegramas.....	04
Ofícios	04
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Rosane Ferreira	13
Dep. Antonio Belinati.....	13

Dep. Plauto Miró.....	14
Dep. Jocelito Canto	15
Grande Expediente:	
Dep. Elton Welter.....	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Cláudio Romanelli ...	18
Liderança da Oposição	
Dep. Augustinho Zucchi	19
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	19
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	20
1ª Discussão	20
Requerimentos.....	21
Encerramento da Sessão	22

DIÁRIO Nº 005

5ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Carlos Simões, Cheida, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste e Geraldo Cartário (02).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados Luiz Accorsi e Fábio Camargo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000045/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.000,00 - pagamento de incentivo adicional ao CEO.
- Nº 000095/MS/SE/FNS - valor de R\$ 45.394,30 - pagamento de reabilitação.
- Nº 000096/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.742,94 - pagamento de psicodiagnóstico.
- Nº 000097/MS/SE/FNS - valor de R\$ 20.105,76 - pagamento de patologia clínica.
- Nº 000098/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.411,80 - pagamento de assistência domiciliar.
- Nº 000099/MS/SE/FNS - valor de R\$ 106.796,00 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.
- Nº 000100/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.
- Nº 000398/MS/SE/FNS - valor de R\$ 19.269,00 - pagamento de AIDS.
- Nº 000623/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.
- Nº 000624/MS/SE/FNS - valor de R\$ 17.362,80 - pagamento de tuberculose.
- Nº 000625/MS/SE/FNS - valor de R\$ 49.529,70 - pagamento de terapia e psicoterapia.
- Nº 000626/MS/SE/FNS - valor de R\$ 22.300,00 - pagamento de prótese dentária.
- Nº 000742/MS/SE/FNS - valor de R\$ 112.940,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).
- Nº 000517/MS/SE/FNS - valor de R\$ 23.524,48 - pagamento de fisioterapia.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº de referência 000445/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, Funpar Fundação da UFPR, no valor de R\$ 2.110,47 para pagamento da INTEGRASUS II. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº de referência 000463/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital

Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, no valor de R\$ 9.873,17 para pagamento de INTEGRASUS II. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº de referência 000464/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Psiquiátrico Dom Alberto, Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, no valor de R\$ 30.336,86 para pagamento de INTEGRASUS II. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº de referência 000494/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha, no valor de R\$ 1.382,53 para pagamento de INTEGRASUS II. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício

OFÍCIO Nº 45/07

Curitiba, 05 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 05 de março de 2007 - por estar me recuperando de uma pequena intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesta data.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO Nº 003/07

Exmo. Sr. Governador do Estado

Exmo. Sr. Secretário da Agricultura

O Deputado Nereu Moura, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue.

É de interesse da população do Estado, especialmente dos pequenos pecuaristas e proprietários de abatedouros, a adesão do Estado à Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A referida instrução normativa “estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, integrado pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas e Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários, na forma dos Anexos I, II, III e IV.”

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária permite maior fiscalização da qualidade dos produtos de origem animal, bem como dos insumos utilizados na prática agropecuária.

Demais disso, a equivalência permitirá maior tráfego agro-econômico entre o Paraná e os demais Estados da Federação, que seguirão padrões unificados de controle, sendo de indiscutível efetividade, implicando geração de empregos e desenvolvimento, especialmente em relação aos pequenos agropecuaristas.

Sendo a matéria de competência de V. Exa., nos termos do inciso IV do artigo 66 e do inciso VI do artigo 87, ambos da Constituição do Estado do Paraná, requer-se o estudo da viabilidade político-econômica e a consequente adesão ao referido programa.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEREU MOURA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa que seja aprovada a moção de repúdio para que o Sr. Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, seja declarado *persona non grata* no território do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A humanidade já foi vítima de diversos ditadores de esquerda e de direita. O nazista Hitler em nome da difusão de sua ideologia exterminou milhares de judeus. O russo Stalin entrou na história devido aos abusos e a violência praticados em seu governo. Pinochet matou centenas de civis para manter-se no poder no Chile. Trujillo foi responsável até mesmo por estupros na República Dominicana. Fidel Castro cerceou a liberdade de imprensa e acabou com a livre iniciativa em Cuba.

Hugo Chávez tenta difundir na América Latina um socialismo que ele chama de bolivariano. Para alcançar seus objetivos, tem utilizado-se de métodos ilegais como financiamento a grupos guerrilheiros. Além disso, acabou com a liberdade de imprensa na Venezuela, persegue adversários políticos e promoveu um verdadeiro “golpe branco” para se perpetuar no poder.

Entendemos que todo regime totalitário deve ser repudiado para que a nova geração jamais se contamine com a idéia retrógrada e reacionária da ditadura, seja de esquerda ou de direita.

Esta Casa Legislativa deve primar pelo respeito e defesa dos ideais democráticos e princípios constitucionais do Estado de Direito e de livre economia de mercado, repudiando os regimes totalitários.

Nosso compromisso é, e sempre deverá ser, com a liberdade, a democracia, a justiça social e a luta por mais

qualidade de vida para o nosso tão sofrido povo, porém sem permitir que influências negativas externas desviem-nos do bom caminho constitucional.

REQUERIMENTO Nº 194

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, PROPÕE, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Extraordinária para a efetivação de Sessão Solene do evento denominado “Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades do Paraná”, no dia 25 de abril de 2007, às 18h30.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de evento promovido pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana e Estado do Paraná, tendo por objetivo homenagear trabalhadores de todas as origens de atividades fins do trabalho, das diversas escalas sociais, empregados ou patrões, da iniciativa privada ou pública, indicados por entidades representativas, por autoridades e parlamentares dos poderes municipais e estaduais que acompanham este universo e que queiram sugerir nomes de trabalhadores. Valendo ressaltar que o evento encontra-se em 13ª edição, tendo homenageado aproximadamente mil trabalhadores do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa que seja aprovada manifestação de preocupação pública ao Presidente da Câmara dos Deputados, em razão da tramitação do projeto de lei federal de iniciativa do Deputado José Carlos Aleluia, que estabelece que apenas os motoristas permissionários teriam direito de dirigir táxis, não podendo dividir seu veículo com outros motoristas.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal preocupação deve ser externada, pois haverá evidente e imediato prejuízo a aproximadamente doze mil profissionais da Capital do Estado, que perderão sua frente de trabalho caso aprovado tal projeto.

Vale ressaltar que no Estado do Paraná a avaliação dos usuários deste tipo de transporte é altamente positiva, não havendo o porquê de se efetivarem tais mudanças, além é claro, do eminente prejuízo aos trabalhadores deste ramo.

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e constitucionais, REQUER a for-

mação de Comissão Especial composta de três Deputados com a finalidade de coordenar, organizar e sistematizar a legislação paranaense, assim como proceder os atos necessários à consolidação de leis, nos casos específicos, e com estrutura própria para a atividade.

Faz-se notar que na legislatura anterior já se deu início a tal atividade que tem por finalidade compilar e organizar sistematicamente a Legislação do Estado do Paraná, dotando os operadores do Direito e a própria Administração, além da população de excelente documento de consulta e de controle social.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente:

O Município de Cascavel perdeu no fim de semana um de seus destacados pioneiros, o Dr. Airton Pompeo Reis, que faleceu aos 74 anos. Nascido em 21 de abril de 1932, na Cidade de Catanduvas, ele foi o primeiro advogado cascavelense, Procurador Jurídico do Município na gestão 1983/88 e Diretor Técnico-Legislativo na gestão 1993/96. Dr. Airton era liderança respeitável da política de Cascavel, pertencia ao PMDB e foi correligionário bastante próximo de José Richa, tendo sido seu segundo suplente de Senador e Secretário de Estado do Interior, na primeira metade da gestão 1983/86.

Teve quatro filhos, cinco netos e dois bisnetos. Entristecidos rendamos-lhe as merecidas homenagens da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento da atriz Lala Schneider, ocorrido na última semana.

Requer ainda, o envio de correspondência a família enlutada, para a Fundação Teatro Lala Schneider.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A manhã desta quarta-feira foi uma manhã mais triste, pois nela calou-se o riso mais sincero do Teatro

Paranaense, a nossa grande dama Lala Schneider nos deixou.

A atriz Lala Schneider, oitenta anos, era a maior referência do nosso teatro, e já foi considerada uma das cinco melhores atrizes do Brasil.

Seu primeiro trabalho no palco, em 1950, foi O Poder do Amor, para o teatro de adultos do SESI. Fez parte de inúmeras montagens do Teatro do Estudante do Paraná, que ajudou a fundar ao lado de Armando Maranhão, Ary Fontoura e outros grandes nomes de nosso teatro, durante sua atuação junto ao TEP, Lala ganhou diversos prêmios em festivais nacionais.

Atuou em inúmeras peças pelo Teatro de Comédia do Paraná, inclusive na peça inaugural Um Elefante no Caos, de 1963. Entre as montagens do TCP, atuou em Colônia Cecília (1984) e Noite na Taverna (1989), ambas sob direção de Ademar Guerra e em Os Incendiários (2000), com direção de Felipe Hirsch, e dirigiu Flô em Palácio de Urubus (1993).

Foi premiada com o Troféu Gralha Azul na categoria Melhor Atriz em 1984-1985 (Colônia Cecília) e em 1992-1993 (O Vampiro e a Polaquinha).

Em 1994, o diretor e ator João Luiz Fiani inaugurou seu teatro com o nome de Teatro Lala Schneider, em homenagem à atriz. Que Fiani sempre considerou sua grande mestra e que teve a honra de dirigir no ano de 2001 no espetáculo “Cem Anos, o musical”, baseado na obra de Gabriel Garcia Márquez e que fez parte da mostra oficial do Festival de Teatro de Curitiba daquele ano.

Em 2004, Lala Schneider recebeu do Centro Cultural Teatro Guaíra, a Medalha Comemorativa dos cinquenta anos do Guairinha (Auditório Salvador de Ferrante), homenagem concedida às personalidades que fizeram parte da história do teatro paranaense. Também em 2004, Lala ganhou o prêmio atriz no festival de cinema de Gramado com o filme “Vovó Vai ao Cinema”.

Para 2007, Fiani planejava levar ao palco o espetáculo Esmeralda, a Vida de Lala Schneider, uma biografia sobre a atriz, que inclusive tomaria parte do elenco, mas que infelizmente, será apenas uma homenagem póstuma.

Além do grande público, Lala deixa muitas saudades para uma casta de atores, atrizes e diretores por ela formados e que hoje se sentem como que perdendo uma verdadeira mãe.

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de congratulações pela passagem de cinquenta anos do Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello do Município de Castro.

Requer ainda, que seja dada ciência a Professora Marcia de Souza Ribeiro, Diretora do Colégio, através de

correspondência a ser encaminhada à Rua Dom Pedro II, 1360, CEP: 84.165-20 - Castro-PR.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos meteorologistas do SIMEPAR, Samuel Braun, Lizandro Oliveira Jacóbsen, Reinaldo Olmar Kneib, Fernando Mendonça Mendes, Sheila Radman da Paz, Marcelo Brauer, Tarcízio Valentin da Costa e Cezar Gonçalves Duquia pelo dia do Meteorologista comemorado no dia 03 de março passado.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada para o Instituto Tecnológico SIMEPAR, no Centro Politécnico da UFPR, Jardim das Américas, Caixa Postal nº 191.000; CEP: 81531-990, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações, ao Sr. Abdo Kudri, Presidente do Diário Popular, pelos 44 (quarenta e quatro) anos de circulação deste tão importante veículo de comunicação da cidade de Curitiba, inaugurado em 04 de março de 1963.

Com mais de quatro décadas, o Diário Popular tem uma atualidade impressionante acompanhando as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que ocorreram no País e no mundo, sempre trabalhando em prol da população do Estado do Paraná e principalmente da região de Curitiba com muita imparcialidade e dignidade.

O Diário Popular nestes 44 anos de existência procurou sempre destacar e estimular a sociedade paranaense em valorizar e reconhecer os valores que integram a mesma (Chuteira de Ouro - Melhores do Ano).

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 191

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o duto Plenário, votos de louvor e congratulações, a Sra. Maria Deli Medeiros de Medeiros, Presidente do SINCACES - Sindicato dos Institutos de Beleza, Salões de Cabeleirei-

ros, dos Centros de Estética e Similares de Curitiba e Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa a homenagem a Sra. Maria Deli Medeiros de Medeiros, Presidente do SINCACES - Sindicato dos Institutos de Beleza, Salões de Cabeleireiros, dos Centros de Estética e Similares de Curitiba e Região Metropolitana, por ocasião de sua posse para o triênio 2007/2010.

REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de louvor e congratulações ao Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano de Curitiba por ocasião do lançamento da 44ª Campanha da Fraternidade, cujo tema é: "Fraternidade e Amazônia" e o lema: "Vida e missão neste chão".

REQUERIMENTO Nº 192

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao jornalista Celso Nascimento, responsável pela coluna política do jornal Gazeta do Povo.

Em razão dos últimos acontecimentos, a presente moção de apoio, deve-se a necessidade de valorizar à idoneidade moral e profissionalismo deste jornalista, que sempre demonstrou ser ético em sua conduta ao longo de sua carreira profissional.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do duto Plenário, para que seja encaminhado ao Exmo. Ministro da Agricultura, Sr. Luís Carlos Guedes Pinto, ofício expressando a urgência na regulamentação da Lei nº 10.831/03 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil possui uma área estimada de 6,5 milhões de hectares, sendo um dos maiores produtores de alimentos orgânicos do planeta. O Estado do Paraná possui mais de quatro mil produtores envolvidos nesta atividade. Há mais de três anos foi aprovada e publicada a Lei Federal nº 10.831/03, que trata dos produtos orgânicos, até a data de hoje não regulamentada, dificultando a fiscalização da qualidade destes alimentos pelos órgãos responsáveis, bem como a certificação destes produtos pelas entidades habilitadas.

Os créditos vigentes de certificação de alimentos orgânicos muitas vezes são de outros países, ou normas brasileiras anteriores à lei.

No combate às pragas ou doenças de plantas, por algumas vezes são utilizados produtos de composições desconhecidas, assim como em muitos casos não possuem registro junto ao Ministério da Agricultura.

As entidades certificadoras de alimentos orgânicos também devem ser fiscalizadas, o que não é possível sem a regulamentação da referida lei.

Assim, para o consumidor ter garantia de que o produto que consome é orgânico, ou acredita em um produtor de sua confiança ou, consome um produto certificado por uma entidade cujas normas de certificação são ditadas por ela mesma, e não por uma regulamentação oficializada pelo poder público.

Assim, consideramos que a lei citada deve urgentemente ser regulamentada, objetivando proteger o meio ambiente, o produtor e o consumidor, certificando a produção e comercialização dos alimentos orgânicos (isentos de agrotóxicos).

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre quantos veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná e colocados à disposição da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, foram retirados de circulação no Estado do Paraná?

Quantos veículos, nesta condição, foram retirados da 13ª Delegacia, que atendem o Município de Ponta Grossa e a Região dos Campos Gerais?

O Governo do Estado, já efetuou a compra de novos veículos para substituir os locados?

Quantos veículos foram adquiridos?

Quando o Estado irá receber tais veículos, e quando estarão disponíveis para as delegacias?

Quantos veículos serão disponibilizados para a 13ª Delegacia, em Ponta Grossa?

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes ao Governador do Estado do Paraná, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Presidente do Tribunal de Contas do Estado e ao PARANAPREVIDENCIA, solicitando informações, no prazo constitucional, sobre quais são os servidores, ativos e inativos do Estado do Paraná, que percebem salários e vantagens, somados, superiores a R\$ 24.000,00 mensais dos cofres públicos de nosso Estado, informando, também, seus respectivos nomes e funções. Quando se tratar de pensionistas, revelar quem é titular do benefício.

O presente pedido é formulado, aproveitando as recentes notícias sobre o salário do Sr. Governador Roberto Requião e que tiveram grande espaço na mídia. Considerando que a população tem o direito de ser informada sobre os gastos com os salários da administração pública, revelando-se a lista com os nomes de quem recebe altos salários, estará dando ao povo paranaense a oportunidade de avaliar e julgar se esses servidores estão fazendo jus ao que recebem mensalmente. Isto é, se eles dão a contrapartida aos contribuintes, principalmente os que ainda estão na ativa.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, sobre a veracidade da informação que houve aumento, nos últimos 60 (sessenta) dias, nas invasões de terrenos urbanos da Capital e se há notícias da organização profissional de grupos de invasores e suas composições e ligações políticas.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações são demasiadas importantes, tendo-se em conta o noticiário da Capital paranaense nos últimos dias, informando sobre o aumento expressivo nas invasões urbanas.

Mister se faz neste momento estarmos muito atentos às movimentações sociais e políticas, para não gerar nenhum tipo de instabilidade das instituições.

REQUERIMENTO Nº 186

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

rio, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido que sejam prestadas informações referentes aos recursos repassados mensalmente ao IML de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à Lei 14.525, de 05 de novembro de 2004, que trata da obrigatoriedade da utilização de lacres higiênicos na parte de fora das latas e garrafas de bebida de qualquer espécie, consumidas pela população:

- tendo em vista o não cumprimento de tal mandamento, informar se a SESA já determinou sua fiscalização;

- no caso de a resposta ser negativa, qual a razão de não haver fiscalização por parte dessa Secretaria de Estado?

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações, em função do parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado desaprovando a prestação de contas do Tribunal de Justiça relativa a construção do seu anexo:

- quais as medidas e procedimentos adotados por esse Ministério Público para apurar essas irregularidades fartamente denunciadas pela imprensa (já que o MP tem utilizado as mesmas fontes - imprensa - para justificar investigações de irregularidades em prefeituras e outros órgãos públicos);

- se foram abertos inquéritos provisórios; qual o resultado desses inquéritos e se foi ajuizada alguma ação. Anexar documentação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre as razões do pedido de exoneração do

Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, tanto da PGE quanto da Presidência do Conselho de Administração da SANEPAR. Segundo notícias veiculadas pela imprensa paranaense, uma das justificativas é de que o Procurador vinha fazendo o possível para “evitar falcaturas explícitas, com o caso PAVIBRAS, onde ingerências externas vinham “tirando-o do sério”. Também alega que corpos estranhos infiltrados na SANEPAR passaram a interferir inclusive nas decisões jurídicas. Sobre o acima exposto, solicitamos:

- em quais licitações da SANEPAR a PAVIBRAS concorreu?

- Existem outras em algum outro órgão do Estado?

- Quais venceu? Quais os valores envolvidos (custo/obra). Anexar cópias de todas.

- Das licitações em que a PAVIBRAS foi vencedora, quais já foram executadas e entregues; quais estão em execução e qual sua situação atual?

- Se houve complementação nos valores da licitação. Anexar cópias.

- Existem obras em execução pela PAVIBRAS no Litoral paranaense? Anexar cópia dos documentos.

- Quanto em recursos financeiros do Governo do Estado do Paraná foram pagos a PAVIBRAS nos últimos quatro anos? A que obras se relacionam?

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 066/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Rural do Paraná, com sede a Avenida Tiradentes, 6275, no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Há mais de sessenta anos a Sociedade Rural do Paraná tem promovido eventos e debates sobre campo em nosso Estado. Desde eventos culturais e comerciais a debates de políticas públicas sobre a agropecuária. A Sociedade Rural tem fortalecido o caráter democrático de nosso Estado, afinal envolver diversos setores nas discussões e execuções de políticas públicas fortalece o caráter público da administração estadual e garante a transparência e a possibilidade de acerto nessas tomadas de decisões.

A Sociedade Rural do Paraná, por exemplo, promove a exposição, que é um dos maiores eventos agropecuários do Brasil e da América do Sul. Sem falar das

reuniões de cunho científico, levando tecnologia de ponta para a agropecuária paranaense.

Enfim a Sociedade Rural do Paraná já tem a Utilidade Pública Estadual, falta apenas homologar esse título.

PROJETO DE LEI Nº 067/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular, com sede e foro no Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Recreativa dos Membros da 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

- a) representar, coordenar e assistir os associados;
- b) incentivar os sócios e seus dependentes aos debates de temas de naturezas educacionais, sociais, culturais, humanitários, buscando soluções;
- c) lutar no sentido de unir os sócios pela pátria e seus valores fundamentais;
- d) a condenação de qualquer tratamento desigual, por motivos de convicções políticas, filosóficas ou quaisquer preconceitos de classe ou raça;
- e) desenvolver a união da classe dentro do espírito de solidariedade humana;
- f) pregar o princípio de honra ao mérito, só permitindo ascendência dos reais valores;
- g) estreitar os laços de compreensão entre a comunidade;
- h) procurar a elevação do nível cultural da classe;
- i) dar, dentro de sua possibilidade, assistência à classe.

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de Utilidade Pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Protesto e Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas em Pato Branco - Paraná, prestando, desinteressadamente, serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, Ata de Eleição da Diretoria atual, bem como o Relatório de Atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 068/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246 de 13 de janeiro de 1986, passa vigorar com a seguinte redação:

“II - for amparado pela Previdência Social com benefício cujo valor seja superior a dois salários mínimos nacionais.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor no ano letivo de 2004.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

A lei estadual, cujo inciso está sendo alterado, institui pensão mensal de um salário mínimo aos portadores de hanseníase incapacitados para o trabalho em razão de lesões físicas ou defeitos causados pela moléstia, e desprovidos de fonte de renda que assegure a sobrevivência e manutenção própria e de seus dependentes.

O artigo 6º trata das hipóteses em que o benefício será suspenso e, dentre eles, está o inciso com o seguinte teor: *for amparado pela Previdência Social*.

Com base neste dispositivo, o Estado do Paraná, desde o ano de 2004, vem suspendendo o benefício para aqueles que recebam qualquer amparo da Previdência Social.

Em 2005, a Assembléia Legislativa aprovou projeto revogando este inciso.

O Chefe do Executivo vetou o projeto, alegando incompatibilidade com a Lei Federal nº 6179 de 1974.

A Assembléia Legislativa manteve o veto.

A presente proposição não visa suprimir o inciso, mas sim estabelecer um limitador, qual seja, benefício da Previdência Social cujo valor seja superior a dois salários mínimos.

Dispensável aqui fazer maiores comentários sobre o regime de segregação a que foram submetidos os portadores de hanseníase e as seqüelas físicas e emocionais que resultaram deste equívoco histórico, mas que parecia correto para as autoridades sanitárias daquele momento.

Por fim, é importante destacar que não há incompatibilidade com a lei federal, pois a mesma trata de matéria totalmente diferente e concede benefício que não guarda nenhuma relação com a pensão criada pela Lei Estadual nº 8426/86.

Releva destacar que, em que pese ter sido dado o nome de pensão, não se constitui em benefício previdenciário, mas sim assistencial e que não encontra óbice constitucional. E mais, não é um benefício pago pelo

PARANAPREVIDENCIA, como pode parecer, pois este é o gestor apenas da previdência dos servidores estaduais.

Outros benefícios já foram concedidos pela União e Estados e não são excluídos quando o beneficiário recebe também da Previdência Social, como é o caso das aposentadorias concedidas aos anistiados políticos.

Por fim, é importante ressaltar que muitos cidadãos recebem benefício da Previdência Social e de regimes próprios, pois não são incompatíveis.

Desnecessário aqui apresentar relatório do impacto financeiro, pois é um benefício que já vinha sendo concedido.

PROJETO DE LEI Nº 069/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São José dos Pinhais os imóveis constituídos pelos lotes de terras, sob os números de 01 a 15, da quadra 27; e lotes nºs 01 a 18 da quadra 26, e lotes de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da quadra 28, todas da planta São Judas Tadeu, na Col. Guatupê, no Município de São José dos Pinhais, pertencentes à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme certificação do Livro de Registro, 3.AB fls. 101, e matrícula nº 54.864, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais.

Art. 2º Os imóveis a que se refere o artigo 1º desta lei serão utilizados pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, especificamente para os fins que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção dos imóveis, os quais ficarão gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

O Loteamento São Judas Tadeu, localizado às margens da rodovia BR-277, na Col. Guatupê em São José dos Pinhais constitui-se de residências e pequenos comércios, com grande concentração de famílias de baixa renda e de absoluta inexistência de serviços públicos.

O referido bairro e seus moradores estão, mesmo que próximos da divisa dos Municípios de São José dos Pinhais e Curitiba, geograficamente isolados, não tendo acesso direto, por ruas e vias internas, a nenhum dos Municípios, cuja única possibilidade de saída e entrada no bairro, dá-se apenas pela BR-277, fato este que gera imensos transtornos aos moradores, considerando ainda,

alto grau de perigo que a comunidade, principalmente estudantes e trabalhadores, enfrentam na travessia da BR-277.

Nossa solicitação, justa e procedente embasa o desejo da Administração Pública de São José dos Pinhais em poder estar realizando investimentos no bairro, como a construção de escola de ensino fundamental, posto de saúde, creche e área de lazer.

É impossível que essa comunidade continue à mercê da assistência dos serviços públicos, sem direito à educação, à saúde, ao transporte e enfim, ao desenvolvimento humano.

O bairro São Judas Tadeu, densamente habitado, não dispõe de áreas desocupadas para que nelas ocorressem as benfeitorias necessárias, exceto estes terrenos solicitados. Por isso nosso pedido roga deferimento.

Expressamos ainda, a disposição da Administração Pública de São José dos Pinhais de pronto atender a essa comunidade, ressalvadas as condições ora existentes.

Assim, peço aos nobres Pares, deste egrégio Poder Legislativo, que defiram a este nosso pedido em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 070/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São José dos Pinhais o imóvel constituído pelo lote de terra, número 275, da Colônia Guatupê, com área de 3,2400 ha. correspondente a 32.400 m² (trinta e dois mil e quatrocentos metros quadrados), pertencente ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conforme matrícula nº 30.859, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, o qual ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A área solicitada neste projeto de lei encontra-se em uma região de grande densidade demográfica e de importantes necessidades infra-estruturais de equipamentos e serviços públicos, que possam ser gradativa e constantemente implantados e melhorem a qualidade de vida da população local.

Ainda, por se tratar de uma região periférica, com grande concentração de famílias de baixo poder aquisitivo, a região encontra-se distante aproximadamente dez quilômetros do centro da Cidade de São José dos Pinhais, e por isso reforçamos aqui a necessidade de investimentos e da construção de equipamentos públicos, de tal maneira em que a população local não precise mais estar se deslocando para ter acesso a necessidade básica, como equipamentos de saúde, de esporte, de recreação, de lazer e de educação.

Também, nesta área solicitada, a mesma já está sendo utilizada pela comunidade local, onde em parte dela, existe de forma improvisada, um campo de futebol e, para este terreno solicitado, a Prefeitura de São José dos Pinhais pretende construir um Ginásio de Esportes e melhorar a infra-estrutura de lazer.

Assim, peço aos nobres Pares, deste egrégio Poder Legislativo, que defira a este nosso pedido em favor da comunidade do Grande Guatupê, de São José dos Pinhais, ressaltando que se encontra este mesmo pedido de doação, no próprio Instituto Ambiental do Paraná, sob o protocolo nº 8737264, cujo parecer de doação já é favorável.

PROJETO DE LEI Nº 071/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Estação de Apoio e Oficinas, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A Associação Estação de Apoio e Oficinas é uma sociedade civil de interesse público - OSCIP, de conformidade com a Lei nº 9.790/99 e regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99.

A Associação promove cursos profissionalizantes gratuitos, sem remuneração pelos serviços prestados, qualificando os associados e cidadãos da região.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 072/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 15.121/06, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para o desenvolvimento de programas

habitacionais de interesse social, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização”.

Art. 2º Fica revogada a necessidade de se gravar a doação do imóvel com cláusula de inalienabilidade, prevista na redação alterada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.03.07.
(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Entende-se que o fato de estar definido pela lei supra mencionada, que o imóvel a ser doado pelo Poder Executivo à COHAPAR, deverá ser utilizado exclusivamente para a implantação de moradias alternativas, retornando ao patrimônio estadual caso se comprove o desvirtuamento em sua utilização, já é suficiente para garantir tal utilização.

Caso mantida a cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade sobre as casas construídas, prevista na Lei nº 1521/06, configurará a proibição permanente de que esses bens possam ser transferidos para terceiros, até mesmo em razão de possível inventário por falecimento de seus titulares.

Por essa razão, para que cumpra os fins sociais a que se destina, apresentamos o presente projeto de lei, objetivando alterar o artigo 2º da referida lei, para o que contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 073/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis nºs 13.212 e 13.214 de 29 de junho de 2001, no período de suas vigências”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei para corrigir a numeração das leis que iriam homologar procedimentos adotados aos contribuintes do ICMS pela

Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006, por erro de digitação foi incluída a Lei nº 13.213 (que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação), quando o correto seria a Lei nº 13.214 (que introduziu alterações na legislação do ICMS).

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovar a proposição em tela e assim evitar enormes prejuízos aos contribuintes paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 074/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Grêmio Estudantil Cidade Nova - GECINO, CNPJ nº 08.355.823/0001-41, fundada em 08 de julho de 2004, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Campo Mourão, neste Estado, tem a finalidade de congregiar todos os jovens e adolescentes do bairro Cidade Nova sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião; identificar, mobilizar novos grupos capazes de representar os interesses dos adolescentes, a fim de que estes tenham algumas horas de lazer; estudar as condições sociais, econômicas e outras da localidade; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida esportiva dos adolescentes; representá-los em suas reivindicações junto aos poderes constituídos e colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar da sociedade que se volta para a área social e desportiva. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, estou fazendo uso pela primeira vez, do microfone da Assembléia Legislativa do Estado

do Paraná, no meu primeiro mandato eletivo da história política da minha vida. Quero aproveitar neste momento, para agradecer à Mesa Executiva desta Casa, pela flexibilização no Regimento, possibilitando que eu fizesse parte de Comissões de suma importância para a organização política da nossa sociedade. É com muito prazer que eu, nessa próxima Legislatura, nos próximos dois anos, estarei à frente da Comissão de Direitos das Mulheres, da Criança e do Adolescente. Estarei como Vice-Presidente na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, juntamente com o Deputado Cheida como Suplente na Comissão de Saúde.

Quero agradecer ainda aos Deputados Reni, Ribas Carli Filho, Chico Noroeste e Pastor Praczyk que me acolheram no Bloco já firmado por eles. Mais do que seguir uma orientação regimental, acredito que estarmos em Bloco acarreta um crescimento ou concorra para o nosso crescimento enquanto Parlamentares e que possamos corresponder às expectativas da sociedade paranaense.

Infelizmente também não posso deixar de registrar nesse meu primeiro pronunciamento, um lamentável acidente, ocorrido em Araucária no final de semana. Tivemos três adolescentes: um menino de doze, outro de treze e outro de quatorze anos, afogados nas cavas do Rio Iguaçu. Isso já é quase rotina nos nossos finais de semana. Neste ano, já morreram mais pessoas nas cavas do Rio Iguaçu do que em todo o nosso litoral. São 25 mortes por afogamento nas nossas cavas abandonadas, contra dezessete no litoral paranaense. Também tive conhecimento, através da imprensa, de um projeto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de transformar as cavas, hoje abandonadas, em piscinões ou áreas de lazer. Preocupa-me, Deputado Cheida, e acho que devemos acompanhar esse projeto com muita atenção, porque hoje as empresas vêm, retiram areia, modificam o nosso ecossistema, burlam a biodiversidade e depois, abandonam e não recuperam. Se não tomarmos cuidado, atenção com relação a isso, vai deixar para o Estado e para o conjunto da sociedade esse passivo. Acho que é uma das primeiras questões que devemos discutir dentro da nossa Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputado Alexandre Curi, Deputada Luciana Rafagnin.

Não faz muito tempo havia um pessoal no Brasil, especializado em fazer greve, em fazer piquete, bater e espancar em eventuais porões de greve. Uma boa parte dos grevistas de ontem tomaram conta do poder, em Brasília, e pasmem, senhores. senhoras e senhores represen-

tantes da imprensa, de repente, gostaram da poltrona, em Brasília, do ar condicionado, das mordomias. A imprensa tem relatado muito, os restaurantes chiquérrimos de Brasília nunca tiveram tanta frequência, nunca faturaram tanto como têm faturado ultimamente, diante da mudança de poder, em Brasília.

Os grevistas de ontem, os piqueteiros de ontem, agora anunciam para o Brasil - talvez até por problema de amnésia - que eles querem modificar, fazer uma lei de tal maneira, que praticamente vai acabar a greve no serviço público. Praticamente vai acabar. Mas é bom lembrar que não estamos aqui para elogiar nenhum Governo, nem o atual e nem os anteriores; é que os servidores públicos do País estão com os seus salários achatados. Diante do que pretendem os dominantes do poder, os mandantes de Brasília, eles querem massacrar e sufocar ainda mais os servidores. Aí que não vão dar aumento nenhum mesmo. Querem que seja permitida a greve, mas que o serviço essencial continue funcionando. Ou seja, eles querem esvaziar o movimento de luta, o movimento de classe, principalmente, dos servidores públicos. Vão começar com os servidores, mas já, já, vão proibir jornalista de fazer greve, vão proibir professor, vão proibir operário.

Queremos, nessa oportunidade, lamentar esta mudança de atitude, de postura e de compostura destas pessoas que ontem, eram tão aliadas aos trabalhadores brasileiros e que, de repente, se encantaram com o poder em Brasília e querem pisar, querem massacrar. Esqueceram que dor de barriga não dá uma vez só, quem sabe lá na frente o Lula vai querer até imitar o Hugo Chávez, querer ficar mais tempo no poder! Quem garante que não está na cabeça do Lula, desde já, copiar o próprio Presidente Hugo Chávez? Mas, qualquer medida que for tomada contra os trabalhadores agora, certamente, é aquela história: dor de barriga não dá uma vez só. Quando voltarem a pedir o voto, poderão encontrar uma resposta negativa por parte deste mesmo povo que os colocou no poder, em Brasília.

Sr. Presidente Nelson Justus, estamos encaminhando um Pedido de Informação, vamos entregar à Mesa. Tenho a impressão que se aprovado esse pedido, vai ter muito setor aqui do Paraná, que vai ter que gastar muito papel para responder o que estamos querendo saber.

Pensei que diante da polêmica que se levantou com o salário do Governador Roberto Requião, que foi amplamente estampado na mídia do Paraná, teve até repercussão na imprensa nacional. Fiquei a imaginar que fosse um grupo minoritário privilegiado que tivesse salário no Paraná igual ou acima de 24 mil reais. Mas o comentário que estou ouvindo aqui e acolá é que para responder esse Pedido de Informação vai ter que usar muito papel.

Estou pedindo ao Presidente Nelson Justus e espero aprovação desse douto Plenário, que o Governador do Paraná, Roberto Requião, que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que o Presidente do Tribunal de Contas do Estado e que o PARANAPREVIDÊNCIA

preste informações a esta Casa, mandando uma lista que espero seja pequena, de todas as pessoas aqui no Paraná que recebem salário igual ou superior a 24 mil reais por mês. Queremos saber, em cada Poder, quem é que está ganhando mais de 24 mil reais! E se for pensionista, mande o nome do titular dessa conta! Acho que é a grande oportunidade de informarmos a opinião pública para que esse povo do Paraná pegue a lista de quem é que ganha 24 mil reais ou mais, porque há comentários de que tem gente que ganha mais de trinta mil reais. Vamos fazer o julgamento dessas autoridades para o povo avaliar se quem está ganhando 24, trinta quem sabe quarenta mil reais, está fazendo jus a esse salário privilegiado, se está correspondendo à expectativa do nosso povo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelamos a esta Casa, para que aprove esse nosso Pedido de Informação, para que se torne pública a lista de todos aqueles que estão aquinhoados com altíssimos salários pagos com dinheiro do contribuinte do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra, Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos acompanhado as notícias com relação à falta de segurança no Paraná. Você liga o canal de televisão, você liga rádio, os jornais que trazem os problemas que acontecem periodicamente na Capital do Estado, na nossa Região Metropolitana. E na nossa região dos Campos Gerais, Sr. Presidente, não é diferente dos demais Municípios paranaenses. Temos problemas sérios com relação à segurança pública.

Periodicamente, analisamos, e vemos que os índices de criminalidade aumentam. Aumentam na nossa cidade, nos Campos Gerais. Embora, quero aqui deixar registrado, que a Polícia Militar e a Polícia Civil daquela região tem feito um grande trabalho. Só que o problema existe na estrutura: faltam equipamentos, falta um número maior de policiais e falta estrutura para que os homens da segurança possam trabalhar. E nos meios de comunicação, nos jornais desse final de semana e do final de semana passada, vimos uma notícia, de que o Governo do Estado do Paraná não vai renovar o contrato com as locadoras de veículos, que locam veículos para o Estado, que são colocados à disposição da Segurança Pública e encaminhado em especial para a Polícia Civil. A partir do momento em que o Estado não renovar mais o contrato de locação desses veículos, criará um vácuo onde teremos, com certeza, a retirada dos veículos dos Municípios. E isso deixando a polícia numa situação mais difícil do que ela se encontra hoje. A imprensa e os meios de comunicação anunciam que são mais de quatrocentos veículos que serão recolhidos. Só lá na nossa região dos

Campos Gerais é uma dezena de veículos que vai ser tirado da 13ª Delegacia da Polícia Civil. Só na nossa Cidade de Ponta Grossa são sete. É difícil, é um problema que nos preocupa e estou aqui trazendo e protocolando um Pedido de Informações para saber se o Governo do Estado do Paraná já efetuou a compra de veículos, para substituir os atuais veículos locados. Se já fez a compra, quantos veículos foram adquiridos? Quando o Estado irá receber tais veículos? E quando estarão disponíveis para as delegacias? E também, quantos veículos serão disponibilizados para a 13ª Delegacia, em Ponta Grossa, e da nossa região dos Campos Gerais?

É um problema sério. Se o governo não comprou os veículos e retirará os veículos alugados, terá um sério problema de falta de estrutura, de falta de veículos.

Então, tudo isto queremos um esclarecimento, para saber realmente o que é que vai acontecer sendo que o governo do Estado alega que o preço do aluguel pago a um veículo, com dois anos do pagamento do aluguel é o suficiente para comprar um carro novo. Este é o entendimento do dirigente do nosso Estado do Paraná.

Agora, a verdade é uma: espero que o Governador tenha feito um planejamento, o Secretário de Segurança Pública, para que na hora em que for retirar os veículos das delegacias do Estado do Paraná já tenha a compra feita para repor estes veículos, para estas delegacias.

A segurança vai mal, em especial na nossa Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais. Dia-a-dia cresce o índice de criminalidade. Mais de 1500 mandados de prisão o Poder Judiciário já expediu, só na Cidade de Ponta Grossa. E não tem onde colocar estas pessoas que têm o mandado de prisão, estes criminosos.

Então, é um grande problema que o Paraná enfrenta. Espero que o Governador Roberto Requião, o Secretário de Segurança Pública, o Delazari, não deixe ainda mais difícil a situação da segurança e o trabalho da Polícia Civil no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a alertar a Liderança do Governo que a Lei de Publicidade está em vigor no Paraná. Cobrado pela imprensa, agora que toda publicidade que for colocada na mídia deve ter o custo unitário de cada anúncio. Volto a deixar registrado nesta Casa, Sr. Presidente, que é uma lei promulgada por esta Casa e deve ser respeitada. O não cumprimento dela implica em crime previsto em lei. Então, este projeto já foi aprovado e promulgado dia 15 de janeiro, pelo Presidente Hermas Brandão.

Sr. Presidente, acompanhando neste final de semana o pronunciamento e a carta feita pelo Dr. Botto de Lacerda, não poderia eu me calar nesta tarde, onde trechos da carta estão sendo trazidos à imprensa pelo jornalista Celso Nascimento.

Neste pronunciamento, ele diz que o Dr. Botto de Lacerda, que é Presidente do Conselho Administrativo, diz que tem vários problemas na SANEPAR e que ingerências externas do órgão estão tirando Botto de Lacerda do sério. E que com a complacência e a passividade, corpos estranhos passam a se infiltrar dentro da SANEPAR, na tentativa de interferir até nas decisões judiciais. Diz isto a carta que o Botto mandou ao Governador, segundo o jornalista da Gazeta do Povo, Sérgio Nascimento.

(Lê:)

“Sérgio Botto de Lacerda manifesta seu descontentamento com membros da equipe do Governo, que segundo ele estariam mais preocupados com questões pessoais do que com as ações do Governo em benefício do Paraná”. E ele diz que chegou no limite da tolerância.

Estou protocolando, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um pedido de informações, daqui a pouco, para receber todos os documentos sobre a PAVIBRAS. Está uma folia de que a PAVIBRAS recebeu ou não recebeu, superfaturou. E, aqui quero fazer um lamentável comentário: o Governador cometeu um grande erro, agora no final do ano, Deputado Rossoni, quando V. Exa. disse, no plenário desta Casa, que o Governador cancelou aqueles cinco dias para conseguir as informações.

Eu lamento, porque essa era uma atitude transparente do Governo que nos obrigava a fazer pedidos de informação sem passar pelo Plenário. Você não colocava o Governo em xeque.

Eu tenho um pedido sobre a situação da COHAPAR, que vamos votar hoje. Se aquela lei estivesse em vigor, eu não precisava passar pelo Plenário, eu pedia, a SANEPAR me informava e eu tinha os documentos. Agora, no momento em que eu tenho que protocolar isso, publicamente, a imprensa fica sabendo e cobra. Então, com aquela lei antiga, aquele momento de transparência do Governo que você podia pedir direto, sem passar pelo Plenário, você podia investigar antes de fazer qualquer comentário. Você podia receber os documentos e daí propor alguma coisa. Agora, quando você tem alguma dúvida, se obriga a pedir publicamente, passar pelo Plenário, que também é regimental, mas expõe o Governo.

Acho que o Governo cometeu um erro ao acabar com aquele decreto que com cinco dias tínhamos os documentos. Acho que isso é ruim para o próprio Governo. O Governo poderia permitir que não passasse pelo Plenário. Acho que foi um ato bonito do Governo e que, depois, no meu ponto de vista, foi um erro gravíssimo acabar fazendo isso. Acho isso terrível.

Fala-se em CPI das Florestas. Eu protocolei um pedido, tempos atrás, e não fui atendido. Agora, buscando nos arquivos, estou fazendo mais um pedido, por-

que chama a atenção. Espero que este pedido seja respondido pelo Governo.

Perguntaram-me se sou da Base do Governo. Claro, tudo que o Governo fizer de bom estarei apoiando, agora, quando tiver dúvidas, principalmente colocadas de forma estranha na imprensa, vou fazer o questionamento. Acho que um dos papéis de nós Deputados é fiscalizar. É preciso fiscalizar porque quando a imprensa coloca uma carta de um Secretário que pede demissão, diz que não agüenta a pressão e há corpos estranhos numa instituição, não podemos ficar quietos, precisamos prestar atenção. Estou pedindo os requerimentos e pedidos de informação porque acho que é importante para cumprirmos nosso papel, que é de fiscalizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi o Deputado Belinati falando, recentemente. Nosso Governo quer regulamentar a Convenção n° 151 da OIP. Isso interessa às centrais sindicais, vai regulamentar o processo de negociação coletiva do serviço público e isso interessa à República, à máquina administrativa. Isso vai ser feito. O Governo enviará uma mensagem regulamentando a Convenção n° 151 da Organização Internacional do Trabalho.

Sr. Presidente, tão logo encerrou a Sessão de quinta-feira passada, este Deputado e alguns companheiros do meu Partido, acompanhamos a vinda dos Ministros Tarso Genro, Paulo Bernardo e Guido Mantega, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico junto à sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Lá estavam todos os Conselheiros. A reunião foi presidida pelo Ministro Tarso Genro. Os Ministros Mantega e Paulo Bernardo falaram sobre o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento deste País. O Ministro Mantega foi muito feliz quando colocou a importância desse programa e porque é possível fazer com que o País cresça a patamares melhores do que está crescendo. E as condições, os pressupostos para que isso aconteça estão dados e se baseiam em três pontos fundamentais que são: a questão da estabilidade monetária; a questão da responsabilidade fiscal, que nós adotamos; e a questão da baixa vulnerabilidade externa.

O Governo já mandou as medidas provisórias para fazer os ajustes onde nos próximos anos serão injetados no setor de infra-estrutura e em outros setores também 503 bilhões de reais. Isso é muito recurso e temos convicção absoluta que a sociedade organizada vai participar dessa discussão e que nós, de fato, consigamos numa

força colegiada com todos os Partidos políticos, com todos os congressistas, aprovar essas medidas para que o País consiga crescer mais.

Agora, um ponto que é imprescindível, não basta apenas crescimento, precisa crescimento com desenvolvimento, e naturalmente, com distribuição de renda. Há países em que o PIB extrapola 5%, 7%, 9% e a miséria não é diminuída. Aqui no País está acontecendo que o PIB não cresce nos números que esperamos e sonhamos, mas estamos conseguindo diminuir a miséria e a fome. Então, não temos dúvidas de que essa medida do PAC, que vão mexer na estrutura das rodovias, dos aeroportos, dos portos, das ferrovias - e isso atende aos interesses de todos os entes da federação - portanto, é salutar que todas as lideranças políticas, que nos empenhemos junto aos movimentos das cooperativas, de federações das indústrias, dos trabalhadores, dos Partidos políticos façam essa discussão e que o Congresso passe a votar essas medidas o quanto antes.

Para nós é imprescindível, é muito importante para a República, porque vivemos num momento histórico em função desses três pontos que relatei no início da minha fala, a questão da estabilidade monetária, a questão da responsabilidade fiscal que foi adotada pelo Governo do Presidente Lula e também pela baixa vulnerabilidade externa. Hoje o País se encontra em condições ideais para que as medidas certas nesse momento do começo do novo Governo do Presidente Lula, que o Congresso faça as votações necessárias e as medidas necessárias para que os gargalos que existem na área de infra-estrutura na área ambiental, possam alavancar o setor produtivo deste País e fazer com que a renda e a riqueza deste País seja melhor distribuída para o conjunto dos brasileiros.

Sr. Presidente, devo usar também o Horário da Liderança e vou falar de uns assuntos que foram notícia nos jornais e que nós tivemos a iniciativa de discutir a proibição da transgênia, aqui no Estado. Não podia deixar de manifestar. Na semana passada o Tribunal de Justiça indeferiu o mandato de segurança da FAEP. Resumindo, na prática, é o seguinte: a questão da transgênia, a soja RR foi liberada no País, ela só se viabiliza se for possível aplicar o glicosato no pós-emergente. Então, o que a juíza deu? O Estado do Paraná entrou com recurso alegando que não poderia aplicar esse herbicida no pós-emergente, porque esse herbicida foi desenvolvido para passar antes de plantar. Não pode passar em cima da planta. O princípio ativo dele é para matar todas as ervas daninhas antes do plantio. E o recurso do Estado que foi deferido pela Justiça é de que não é permitida a aplicação do glicosato pós-plantio.

Então, essa é uma polêmica grande. Acredito que é uma luta que o Estado deve continuar. Temos uma grande preocupação, porque a transgênia foi liberada e está ocorrendo uma mistura generalizada e temos que trabalhar intensamente para que não haja essa mistura, que se possa segregar a soja convencional de outras sojas.

A decisão dessa juíza é muito importante porque não se sabe, não tem estudos técnicos que comprovem o efeito do herbicida que foi desenvolvido para ser usado antes do plantio e foi utilizado depois do plantio.

Isso é uma questão que gera polêmica entre todos os organismos que trabalham com alimentação das pessoas, porque a soja é utilizada muito para a alimentação humana e pode causar transtornos de saúde. Essa decisão remete a outros recursos, quem sabe, que a FAEP fará e vejo que não podia ter sido liberado o uso do herbicida glicosato no pós-emergente, que pode causar transtornos à saúde das pessoas. O herbicida foi autorizado na sua fabricação para o pré-emergente.

Então, quando o Estado entrou com recurso e teve o deferimento do Tribunal de Justiça na semana passada, realmente é uma decisão que interessa ao Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rush (PFL)

Deputado Elton Welter, não sou especialista e não tenho nenhuma formação voltada para a agricultura. Mas, a experiência da vida, o nosso conhecimento e o trabalho que desenvolvemos no dia-a-dia, estamos envolvidos, como quase todos os Parlamentares aqui da Assembléia, de uma ou outra forma, no agronegócio do nosso Estado.

Pois bem: sabemos que temos uma Legislação no País. E o Brasil é uma Federação. Não consigo entender, muitas vezes, a atitude do Governador do Estado do Paraná. O Governo Federal, libera o plantio, a comercialização, o transporte e a exportação da soja transgênica. E, sabemos que V. Exa. tem se debruçado em cima da questão da transgenia no Estado do Paraná. Aliás, foi seu Partido o autor de uma lei aqui na Assembléia Legislativa, o PFL, e derrubamos na Justiça, pela flagrante inconstitucionalidade.

Pergunto a V. Exa. - como defensor da agricultura e como Líder do PT - como V. Exa. se encontra nessa situação? O Presidente da República que é do seu Partido, defende a transgenia. Libera os agricultores para o plantio da soja transgênica. E, por outro lado, o Governador do Paraná, ao qual V. Exa. e a sua Bancada na totalidade o apóiam, como V. Exa. se encontra nessa situação? O seu Líder maior, o Presidente da República e o Ministro da Agricultura liberam os transgênicos e o Governo do Paraná é contra a transgenia.

Como V. Exa. se posiciona?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Temos um entendimento da seguinte forma: a COAMO, por exemplo, é uma das maiores Cooperativas do Estado. Ela está remunerando próximo a um real a mais para quem entregar soja convencional. Ocorre, que está havendo uma mistura generalizada e pode ocorrer que no futuro não tenhamos mais nem soja convencional. O alerta que o Estado faz, apesar da sua crítica, mas temos convicção de que isso é um alerta também para o

País, para o agricultor, que pode ter vantagens competitivas com a soja convencional.

O que não podemos é brincar com o nosso mercado de carnes: suínos e aves. Sabemos, por exemplo, que a Sadia, uma grande companhia, não recebe transgênico. Estamos preocupados com o mercado do fornecimento de carnes, desses produtos transgênicos e também estamos preocupados com a mistura, e para que o agricultor não se torne cada vez mais refém de pacotes tecnológicos prontos das transnacionais, que são as maiores fornecedoras de insumos, estamos lutando, haja vista que há essa liberação da transgenia, para que haja uma rastreabilidade disso, para que não haja mistura dos produtos convencionais com os transgênicos e para que consigamos ter vantagens competitivas.

Essa luta do Paraná é muito importante. Ocorre que a liberação que teve da questão do glicosato, pelo Ministério da Agricultura, foi no início apenas para o plantio pré-emergente e não pós-emergente. Essa não é uma luta só do Estado, mas do País como um todo.

Acredito que essa polêmica vai se estender por muito tempo, porque as pessoas que se alimentam de soja têm o direito de saber se estão consumindo soja, em que foi usado glicosato. Quando se fala em rotulagem de alimentos, que vão para a mesa do consumidor, os consumidores têm o direito de saber se estão comendo alimentos que têm o uso do glicosato. É uma discussão polêmica e que tem um viés, muitas vezes ideológico.

Fazemos um alerta, aqui, para os produtores que plantaram no Paraná soja transgênica e ficou baixinha, pequenininha e de forma vergonhosa, em alguns lugares, porque pegaram soja contrabandeada. É lamentável que isso ocorra. Os produtores são induzidos a plantar essa modalidade de cultura e muitas vezes levam grandes prejuízos, como se fosse a transgenia a salvação da lavoura. Está ocorrendo uma mistura generalizada e podemos ter grandes prejuízos no futuro, infelizmente, porque está havendo cada vez mais um pacote tecnológico, feito para que os produtores não possam sair disso.

Nós, consumidores, eu, como produtor, temos que levantar e abrir os olhos, inclusive, dos nossos Ministros, se for o caso, Deputado Elio Rusch. Temos que ter uma voz ativa, aqui, para alertar os prejuízos que podemos ter. Que tanto o consumidor brasileiro e os consumidores para os quais exportamos - os Países para quem exportamos - as nossas carnes, derivados e produtos, saibam que a qualidade da indústria do Paraná é garantida e que o consumidor possa comer um produto de qualidade e que no seu rótulo ele saiba se tem derivado de transgenia ou não. Isso é uma garantia de mercado. Se o País e o Estado conseguirem fazer essa segregação, teremos vantagens competitivas incomensuráveis. V. Exas. são sabedores disso.

Não podemos admitir que exista um forte lobby no Congresso Nacional, infelizmente, de grandes transnacionais que financiam campanhas políticas de determi-

nados Partidos Políticos e que isso faça com que muitos Deputados mudem de opinião.

Não temos dúvida de garantir que o consumidor consuma produtos que tenham identificação. Aliás, a lei da rotulagem já existe. Temos que exigir que quem industrializa coloque o selinho: tem ou não transgênico. Isso é imprescindível para valorizar o nosso produto, a nossa agroindústria, para valorizar e respeitar todos os consumidores que consomem produtos derivados de soja.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras Deputadas e Srs. Deputados.

Apenas para informar a esta Casa que em função de uma reunião havida, provocada pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Elton Welter, estivemos hoje pela manhã reunidos com a Secretária Lygia Pupatto, com a Secretária Maria Marta e ainda com o Secretário Ênio Verri, para discutir com o Comitê em Defesa do Ensino Superior. Foi uma reunião para discutir uma reivindicação legítima, que implica na questão do salário dos docentes de nível superior do nosso Estado. Foi uma reunião extremamente propositiva, na medida em que dela, por consenso, constituímos um grupo de trabalho entre as três Secretarias, que são Secretarias instrumentais do Governo e com isso vamos ter um processo de discussão sobre o tema de uma forma aprofundada com os técnicos - com transparência - abrindo os números do nosso Orçamento e das possibilidades de se promover a tão necessária correção que precisamos fazer em relação a questão salarial.

Mas, o que quero comunicar à Casa é essa nova forma, inaugurar uma nova forma de tratar esses temas, constituindo grupos de trabalho de forma transparente e aberta. O Orçamento do Estado não é uma ficção, ele é um Orçamento que contempla as receitas e despesas e ao mesmo tempo sabemos as demandas geradas por cada uma das políticas públicas.

Por isso quero comunicar esta Casa e dizer que hoje demos um passo importante para tratar desse tema de forma institucional, que tenho certeza absoluta será de grande valor, inclusive em relação a outras questões que deverão ser encaminhadas, porque sabemos que quando se trata da questão educacional, não dá para se falar exclusivamente de ensino superior - quando se trata da questão educacional, estaremos também tratando sempre do que envolve o nosso relacionamento com o magistério do ensino médio e fundamental, principal-

mente através da APP - Sindicato, que tem que ser interlocutora. É por isso que é um tema muito importante.

Concedo aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de parabenizar V. Exa. por esse assunto importante que traz à Casa e também por começar um processo de negociação, ou seja, esses grupos de trabalho, esse grupo que vai pensar um pouco a educação do Paraná e de uma forma especial hoje a discussão do ensino superior. Sabemos das reivindicações que têm os professores, já tivemos algumas reuniões também em que V. Exa. esteve presente e é um assunto que nos chama muito a atenção e que merece a atenção não só dos Parlamentares, mas claro que do Governo de uma maneira bem especial.

Então, fico feliz com a notícia que traz aqui, que abre então um caminho, abre-se uma negociação junto ao Governo e universidades, até porque temos nesta Casa alguns projetos com relação a isso, o que nos deixa uma preocupação de como vamos resolver esses projetos que aqui estão na Casa, como vamos discutir e qual o encaminhamento que vai ser dado. Mas, mais do que isso, é porque há poucos dias, quando procurados por esses grupos de professores das universidades estaduais, eles nos colocavam que até hoje não havia uma negociação, que até hoje nunca tinham sentado para discutir uma proposta. E fico feliz que hoje houve, então, essa reunião. Fico feliz e espero que logo possamos ter um encaminhamento que é o que eles esperam também, que é com relação ao reajuste, quanto por cento, e eu tenho certeza que os professores são sensíveis também, têm essa compreensão do que é um orçamento do Estado, mas claro que estão no justo direito deles de reivindicarem o reajuste salarial.

E assim também, claro, precisamos discutir junto com a APP - Sindicato, tanto esse assunto, Deputado, quanto o assunto que ainda está também na Casa para ser votado, que é o veto com relação ao limite de alunos em sala de aula. Sabemos que há a preocupação por parte do Governador Roberto Requião, sabemos que o Governador já falou isto para os professores da APP, que pretende diminuir o número de alunos em sala de aula - então, basta também sentarmos, discutirmos, entrarmos num entendimento de quanto e quando é possível começar esta redução.

Parabéns pela iniciativa, parabéns pela reunião de hoje, e claro que também estamos à disposição para ajudar a resolver esse assunto de uma maneira especial - sabemos que as universidades são de interesse de todos os Deputados e desta Deputada também.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputada Luciana.

Eu penso que de fato a participação das duas Secretárias e do Secretário foi uma discussão muito franca e os sindicatos e associações representativas do ensino superior no nosso Estado deram uma demonstra-

ção também de grande maturidade. Penso que inauguramos um processo virtuoso de discussão sobre os avanços que devemos ter neste tema, que é um tema importante, estruturante, especialmente para se dar uma oportunidade para os nossos jovens.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência comunica a presença do Deputado Federal Alfredo Kaefer, com muita satisfação. Seja bem-vindo, Deputado Alfredo, é um privilégio tê-lo aqui entre nós.

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança da Oposição: Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, eu agradeço o Deputado Valdir Rossoni por me ceder pelo menos três minutos do tempo que é devido à Oposição - porque ele não vai fazer uso da palavra - para que eu possa rapidamente reaver uma posição colocada aqui pelo Deputado Elton Welter.

É claro que de tudo o que o Deputado Elton Welter falou, muita coisa poderíamos comentar a respeito da questão da agricultura. Eu mesmo sou obrigado, muitas vezes, a ouvir que muito se fala sobre o biodiesel, até quando o Presidente dos Estados Unidos está vindo pra cá, e tem gente que fala a favor do biodiesel e é contra o plantio da soja - não consigo entender isto. Mas vamos ao passo seguinte - eu devo concordar com o Deputado Elton Welter que há uma mistura das variedades de soja no nosso Paraná - não por omissão desta Assembléia - eu apresentei um projeto para a rastreabilidade, rotulagem e certificação - se aprovado naquela oportunidade nós não teríamos esta mistura. Lamentavelmente foi fragorosamente derrotado aqui, tendo apenas treze votos.

Então, a Assembléia do Paraná - eu não tenho esta obrigação enquanto Deputado, mas como técnico tenho - apresentei este projeto porque já previa, Deputado Nelson Justus, a situação em que nós iríamos ficar com relação à questão da mistura varietal da semente de soja.

Eu faço apenas esta correção para que não passemos aqui por omissos num assunto tão importante para o Paraná e eu sei que o Deputado Elton Welter teve o seu tempo vencido, por isso não nos concedeu aparte.

Faço este esclarecimento e agradeço a V. Exa. pela oportunidade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 45/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje, em recuperação de uma pequena intervenção cirúrgica. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 003/07, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a adesão do Estado do Paraná à Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, com apoio do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 216, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, para logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 02/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno (parágrafo 4º do artigo 12). **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26.02.07, em Projetos de Resolução).**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 30). **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/07, de 28.02.07, em Projetos de Resolução).**

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, nós temos aqui a discussão desse Projeto de Resolução nº 3, que altera dispositivo do Regimento Interno da nossa Assembleia Legislativa.

Estou com uma dúvida e quero que a Assembleia me esclareça nisso. O artigo 1º diz o seguinte: *O artigo 30 do Regimento Interno passará a vigorar com a seguinte redação: as Comissões Permanentes são essas, elas estão elencadas. Aí se caminha até a minha dúvida, porque no Regimento Interno, após a Mesa, através desse projeto de resolução que está sendo colocado, fazer o desmembramento, é isso que se pretende em determinadas comissões. Nós temos aqui no Regimento: Parágrafo Único. As Comissões Permanentes compõem-se de 7 membros cada uma salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário e a da Constituição e Justiça que compõe-se de 13 membros.* Aí vem a minha dúvida: esse parágrafo único está sendo eliminado ou ele, por esquecimento, não foi colocado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está coberto de razão, procede a Questão de Ordem de V. Exa. Aliás, o PT hoje, através do Deputado Elton Welter, levantou essa questão e nós pedimos inclusive ao Deputado Elton Welter que na Sessão de amanhã, em 2ª discussão, apresente uma emenda para correção porque este parágrafo tem que permanecer.

Agradeço, mas o fato já seria corrigido amanhã mesmo, pelo Deputado Elton Welter.

Obrigado, Deputado Waldyr Pugliesi.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 178, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Só para encaminhar aos nossos companheiros, aos Deputados que compõem a base aliada, que eu já me coloquei à disposição do Deputado Jocelito para prestar todos os esclarecimentos que ele julgar necessários.

Agora entendemos que esse tema que envolve salários e as notícias acerca da questão que envolve salário, especialmente o Deputado Rafael Greca, não são verdadeiras. Eu tentei entregar ao Deputado Jocelito e faço, aqui, agora, um contra-cheque do período que eu fui Diretor-Presidente da COHAPAR, porque temos uma regra que funciona até hoje, o salário está limitado ao salário do Vice-Governador. Só para dar o exemplo, o salário da época do Vice, do salário total que podia ser era de 21 mil 105, mas o valor real era de dezessete mil 979, o que gerava um salário de treze mil 293. Esta regra é estabelecida por uma Ata 118/93. Ou seja, os números são os mesmos, a regra é a mesma, pode ter alterado pequenos valores. Mas é absolutamente fantasiosa a informação divulgada de 31 mil reais para o Presidente da COHAPAR, é mentirosa a informação. E efetivamente temos uma regra clara de como funciona o salário do Diretor-Presidente e também dos demais Diretores. Além do que eu penso que o requerimento está formulado, na minha avaliação, politicamente de uma forma para criar determinado tipo de comportamento e pensamos que nos colocamos aqui como Líder do Governo à disposição do Deputado Jocelito para prestar todas informações.

Entendemos que não é necessária a aprovação desse requerimento. Peço a todos os companheiros integrantes da Base do Governo que rejeitem o requerimento do Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de dizer ao Líder do Governo nesta Casa: quem não deve, não teme. Então, se o Governo não teme e não deve, não precisa ter medo desse requerimento que eu apresentei, que não é um documento político, é apenas um pedido de informação. Só lamento que, infelizmente, o Governador tenha revogado aquele decreto que ele fez, que eu achei maravilhoso, que era um decreto que você podia pedir informações sem passar pelo constrangimento que estamos passando nesse momento. Cabe a cada Deputado fazer o pedido de informação.

Pedido de informação, Sr. Presidente, é aquele velho ditado: "Perguntar não ofende." Só estou perguntando. É regimental que qualquer Parlamentar nesta Casa apresente requerimento quando há dúvidas. Em momento nenhum disse que o salário do Presidente da COHAPAR era de 31 mil reais. Em momento nenhum falei isso. Agora vi membros da imprensa escrevendo isso. Vi, por exemplo, Fábio Campana, que é um grande jornalista, escrever, está na coluna dele, a não ser que o Fábio Campana seja um mentiroso. Deputado Romanelli, o senhor está chamando o Fábio Campana de mentiroso e não eu.

Quando o senhor fez o pronunciamento, aqui, não deveria ter dito a mim. Quem disse que o salário é de 31 mil é o jornalista Fábio Campana, está na sua coluna. Aliás, o Fábio Campana sabe de muita coisa, que nem eu sei. Ele anda pelos porões da política. Quem anda pelos porões, sobe, desce, vai e volta. Então, o colunista Fábio Campana escreveu que é “trinta e uma”. Ele. Não fui eu. Outros jornalistas escreveram diferente. O Nascimento diz que não é “trinta e um”, e é um grande jornalista da Gazeta do Povo. Então, tem dúvida. Quando tem dúvida, cabe a este Parlamento, apenas perguntar. Perguntar não ofende ao Governo.

Por exemplo, eu não estou perguntando só o salário. Eu vou ler o requerimento, para que os demais Deputados entendam que eu não quero saber só o salário. Eu quero saber, por exemplo: qual a natureza jurídica da COHAPAR? Qual a participação do Estado na constituição do capital da empresa? Anexar o Plano de Cargos e Salários da empresa e suas modificações nos últimos cinco anos. Foram criados novos cargos no último ano? Foi criada a Diretoria de Assuntos Comunitários? Quando e quem ocupa? Qual a remuneração do cargo? Agora há pouco um jornalista me entrevistava e dizia que no site da COHAPAR já está marcando que existe, que foi criado o Departamento de Assuntos Comunitários. Informar quem ocupa os cargos da Diretoria, Gerência da referida empresa e quando ocorreu sua contratação, bem como, o valor bruto recebido nos últimos quatro anos. Qual a projeção dos impactos financeiros provocados pelos aumentos dos salários concedidos do lucro da empresa? Qual a situação financeira da empresa? Tem apresentado lucros ou prejuízos nos últimos exercícios, cinco anos. A Companhia vem atendendo à determinação de reserva especial de casas para mulheres chefes de família, conforme o contido na Lei Estadual nº 15.301/06? É uma lei que esta Casa aprovou. É uma lei de origem. Lei de quem já sofreu, de quem não podia fazer uma casa. Quem já morou num barracinho que não tinha luz, não tinha água. Esse é um projeto de origem. É um projeto que eu apresentei e foi aprovado por esta Casa, que determina que a mãezinha, que a pobrezinha, separada do marido ou mãe solteira, que é a chefe da família, tenha direito a 20% das casas. Eu quero saber se a COHAPAR está cumprindo isso. Isso está no meu requerimento.

Então, o que eu estou encaminhado aqui, não é só sobre salários. O Líder do Governo está equivocado. Estou falando de vários itens que compete a nós, fiscalizar. O Governo é um Governo transparente. Tem gente aí que fala que é um Governo transparente, porque transporta parentes para o Governo. Eu não acredito nisso. Eu acredito que é transparente.

Eu pediria aos companheiros que, se for reprovado esse requerimento, eu vou apresentar todos os dias. Amanhã eu apresento de novo, depois de amanhã, de novo. Isso não é proibido. Vou apresentar todo dia, até a hora em que possamos obter todas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos fazer a verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove rejeitam.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e um aprovam.

Está aprovado o requerimento.

Requerimentos nºs 186 a 208, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 187, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 190 a 193, 202 e 209, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 194, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 198, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 201, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 204, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 206, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 210 e 211, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 213, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 214, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 217, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 212, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se na forma regimental, de acordo com o artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Amanhã o senhor encaminha.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordi-

nária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 006/07 e 030/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia seis, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 093/06, 011 e 015/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 002/07.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 006

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....23

Presenças.....23

Abertura da Sessão23

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições) .24

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 26

Dep. Luiz Cláudio Romanelli 27

Dep. Valdir Rossoni 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas..... 29

Comissões

Segurança Pública 30

Ecologia e Meio Ambiente..... 30

Defesa dos Direitos da Mulher,
da Criança e do Adolescente 30

DIÁRIO Nº 006

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

05 DE MARÇO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cheida, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel,

Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste e Geraldo Cartário (02).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados Luiz Accorsi e Fábio Camargo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há Ata e nem Expediente a serem lidos.

Ordem do Dia:

Passamos à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 06/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o Município de Cantagalo ao entroncamento do Município de Goioxim. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 348/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 413/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 416/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização da estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 416/06, encontra-se publicado no DA nº 085/06, de 14/08/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 06/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, vetado pelo Governador do Estado, objetiva estadualizar a estrada que liga o Município de Cantagalo ao entroncamento com o Município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Estadual e Federal, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição do veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Faremos a votação nominal.

Ao serem chamados, os Deputados deverão votar SIM ou NÃO. No caso do SIM à manutenção do veto. No caso de NÃO é pela derrubada do veto.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Os vetos que o nobre Presidente, Deputado Nelson Justus incluiu na pauta nesse dia 05 de março, são dois vetos que foram analisados pela assessoria jurídica do Governo do Estado. E na verdade são dois vetos que ferem o item 01, fere absolutamente de forma frontal à Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, por conta da inexistência de recursos para a referida estadualização da estrada, considerando inclusive uma estrada que é municipal. Por isso é que encaminhamos aos componentes da Bancada de Sustentação do Governo do Estado nessa Casa para a manutenção desse veto. O que não impede naturalmente, havendo disponibilização de recursos.

Que se possa fazer um convênio com os Municípios de Goioxim e Cantagalo, para que se possa apoiar eventualmente a manutenção dessa rodovia. Mas nós encaminhamos para a manutenção do veto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Quero dizer que vou votar junto com o Governo, e alguns me questionam aqui, todas as coisas boas que o Governo propõe a esta Casa, não tenha dúvida, que as coisas boas que eu entendo que o Governo deva fazer, receberão sempre o meu apoio.

Estarei apoiando todas as coisas boas que o Governo fizer.

Agora, quando eu tiver alguma dúvida, vou mencionar as minhas dúvidas e acho que é um direito de fazer os pedidos que devem ser feitos. Quero me lembrar que daquela tribuna, o líder maior do PMDB, que é o Governador Roberto Requião disse a todos os Deputados que não deveriam rejeitar nenhum requerimento da Oposição. O Governador disse, aqui, está nas notas taquigráficas desta Casa. O Governador disse dali e eu continuo acreditando nas palavras do Governador, de que todo requerimento deve ser aprovado.

Então, baseado nisso e como eu sou do Governo e quando acho que tem alguma coisa que precisa a gente dar uma olhadinha, eu vou pedir, com o todo respeito. Isso não significa Oposição. Significa, sim, que o verdadeiro amigo do Líder não é aquele que o deixa cair. É aquele que o ajuda a não cair.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Solicito à Sra. 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Os Deputados que votarem SIM serão favoráveis ao veto. Os Deputados que votarem NÃO serão contrários ao veto, portanto, pela derrubada do veto.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Roseane Ferreira**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Sr. Presidente, 45 Deputados votaram, sendo 33 votos SIM e 12 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Queria que V. Exa. me inscrevesse em Explicações Pessoais no final da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está inscrito.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Gostaria de aproveitar, neste momento, no intervalo desta Sessão Extraordinária, para registrar a minha preocupação e o meu apoio com relação ao nosso Procurador-Geral Sérgio Botto de Lacerda. Eu vi na imprensa uma carta com relação a alguma insatisfação do Procurador e gostaria de registrar o seguinte: estou falando em meu nome pessoal, conheço o Procurador Sérgio Botto antes de Procurador, como grande advogado que o é e sempre foi, um advogado sério e, hoje, como Procurador, que presta um grande serviço ao Paraná.

O Procurador Sérgio Botto tem ajudado muito o nosso Governo e, temos uma consideração muito grande pelo trabalho por ele realizado. Eu queria deixar registrada a minha preocupação, e torcer para que o Dr. Sérgio Botto continue como Procurador do Estado para, dar a segurança que merece o nosso Estado e pelo trabalho que faz. Então, quero deixar registrado, neste momento, o meu apoio incondicional ao Procurador Sérgio Botto de Lacerda.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 30/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que proíbe a venda de álcool líquido 96º GL no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 008/07

Curitiba, 15 de janeiro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 487/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Pro-

jeto de Lei nº 355/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o álcool etílico comercializado com graduação acima de 54º GL (cinquenta e quatro graus Gay Lussac) e temperatura de 20ºC (vinte graus Celsius) deverá ser comercializado unicamente em solução coloidal na forma de gel desnaturado e no volume máximo de 500g (quinhentos gramas) em embalagens resistentes ao impacto e adota outras providências.

Denota-se que a matéria do projeto de lei em tela carece, de normas gerais, como assevera a Constituição Federal no artigo 24, parágrafos 3º e 4º, o que ainda não ocorreu, visto que a proibição da venda de álcool líquido tem conteúdo de norma geral e sua aplicação deve ocorrer em todo o território nacional.

Desta forma, a matéria deve submeter-se às normas gerais da União Federal, com disciplina uniforme em todo o território brasileiro.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 355/05 encontra-se publicado no DA nº 055/05, de 06/06/05, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 30/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo proibir a venda de álcool líquido 96º GL, no Estado.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o ofício de justificação do veto aposto pelo Governador Requião, ele é absolutamente claro. O veto foi feito por conta do interesse público na medida que a Constituição Federal trata desse tema e estabelece que é competência do Governo Federal a regulamentação desse tema pretendido pelo Deputado proponente, Marcos Isfer. O fato é que esse projeto de lei carece de normas gerais e ao mesmo tempo não ocorreu a proibição da venda de álcool líquido que tem que conter, de norma geral, e sua aplicação deve ocorrer em todo o território nacional. Ou seja, desta forma a matéria deve se submeter a normas gerais da União Federal com disciplina uniforme em todo o território brasileiro.

Por isso que o projeto foi vetado e pedimos a esta Casa, a todos os Deputados, que votem SIM à manutenção do veto, porque o tema é de competência da legislação federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Rosane Ferreira)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

Sr. Presidente, 34 Srs. Deputados votaram. Vinte e oito, SIM. Quinze, NÃO. Uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, quero fazer um registro, aqui.

Acompanhei as notícias do final de semana e protocolei um requerimento que foi adiado na forma da lei, para ser discutido amanhã, em relação ao pedido de informação ao Governador Roberto Requião, no sentido de pedir informações sobre o pedido de exoneração do Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, tanto da PGE, quanto da Presidência do Conselho de Administração da SANEPAR.

Segundo notícias vinculadas pela imprensa paranaense, uma das justificativas é que o Procurador vinha fazendo o possível para evitar falcaturas explícitas, como o caso da PAVIBRAS, aonde ingerências externas vinham tirando-o do sério. Também alega o Procurador

que corpos estranhos infiltrados na SANEPAR passaram a interferir, inclusive, nas decisões jurídicas.

Sobre o acima exposto estou solicitando alguns pedidos, que é toda a documentação da PAVIBRAS. Faz horas que vejo falar da PAVIBRAS - deve ser alguma coisa muito importante, porque toda hora se fala dessa PAVIBRAS aqui.

Estou pedindo toda a documentação para analisarmos e queria pedir ao nosso Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão, que já marque uma reunião para tratarmos desse assunto, e acho que pela colocação do Procurador Botto, não sei se não era até importante que esta Casa convocasse o Procurador para vir aqui como convidado - não convocado - para que viesse explicar a este Parlamento essas denúncias que estão aí nos jornais, que corpos estranhos estão mexendo até na questão jurídica da SANEPAR. E me assusto, porque tenho pelo Dr. Botto de Lacerda o maior respeito, por entender que é um homem correto. E por isso que recebi neste momento, aqui, da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, um apoio e um pedido para que o Governador analise e não permita que o Dr. Botto deixe o Governo. Termina a nota assinada pela Presidente da Associação dos Procuradores do Paraná, Vera Cunha: *“Temos a certeza que V. Exa. (o Governador Requião) no seu aguçado discernimento político e senso de justiça, na análise do presente momento saberá dar a correta perspectiva ao pedido do Dr. Sérgio Lacerda, para mantê-lo na equipe, a fim de que valores tão caros a seu Governo restem intocados.”*

Então, Sr. Presidente, estou registrando isso aqui como explicação final nesta Sessão e espero que este requerimento seja aprovado amanhã, e quero mais uma vez lembrar que a maior autoridade neste Estado e o maior Líder do PMDB neste Estado, o Governador Requião, disse daquela tribuna que o Governo nunca deveria rejeitar nenhum pedido de informações que passasse por esta Casa. Que as notas taquigráficas ou a voz do Governador seja colocada aqui para instruir que nesta legislatura também - a não ser que tenha mudado o pensamento do Governador - tudo aquilo que for pedido de informações não será negado, porque vi o Governador dizendo ali e a biografia socialista do Governador Requião, essa biografia ligada à Carta de Puebla, pelos mais pobres, e esse socialismo que somos da esquerda, não do meio e não da direita, nos permite sermos livres, sermos democratas, sermos transparentes, na transparência da essência, da forma legal, que é transportar aquilo público para o público e dali o Governador disse que não queria nenhum requerimento rejeitado nesta Casa.

Acho profundamente triste que hoje tenha acontecido isso aqui na Casa e espero que não ocorra mais, porque na última eleição trabalhei, o PTB estava apoiando o candidato Osmar Dias e eu trabalhei do começo ao fim na campanha do Governador Roberto Requião. Trabalhamos do começo ao fim, primeiro para pagar uma velha dívida que tínhamos com ele na questão política - nada de troca

de favores, mas questão moral e política - e, segundo, também trabalhamos para o Governador, porque queríamos agradecer a ele as obras realizadas na região dos Campos Gerais, entre elas o Hospital Regional, que está acontecendo em Ponta Grossa e que era um sonho de muitos anos. Mas também, quero continuar firme apoiando o Governo, mas que o Governo não permita que aquele lado direito do seu Governo tome conta do seu lado esquerdo, porque o Governador é da Esquerda.

Então, espero que o Governador não deixe que o lado direito do seu Governo faça com que tomem atitudes nesta Casa que não são do lado esquerdo, aquele que defendeu aqui aquele lado do povo, aquele lado da liberdade, da responsabilidade e do dever ao povo. E é por isso que estou encaminhando, para que nosso Governador continue nos dando a liberdade, até para ajudá-lo, porque toda vez que falo com o Governador, tenho pedido a ele, são algumas coisas que estão erradas e ele tem consertado.

Então, não sou Líder da Oposição, sou apenas um emissário das coisas que acho justas e com muito prazer! Eu não sou da Oposição, porque me elegi apoiando o Governador. Agora, eu não vou concordar, Deputado Romanelli, com esta postura de que eu não posso questionar o Governo. Eu acho que quem gosta do Governo questiona até as coisas erradas do Governo. Nenhum Governo é perfeito. Eu não conheço nenhum Governo neste País e neste mundo que é perfeito. Tem Governos que têm seus defeitos, todos tem. Agora, tem Governo que tem defeito demais e outro tem de menos e nós que somos do Governo precisamos ajudá-lo a errar menos e é isto que estou fazendo.

Os pedidos de informações que estou fazendo aqui - só lamento que tenha que ser público - não é que precisa esconder, Sr. Presidente, mas eu acho que antes de falarmos, precisamos buscar informação e aquele decreto que o Requião assinou aqui e fez um maravilhoso discurso naquela tribuna, dizendo que a partir de agora o decreto está em vigor, nenhum Deputado precisa se constranger como fazia o Governo anterior. O Requião disse dali, que no Governo anterior não era permitido apresentar requerimentos que eram derrubados - rolo compressor - disse o Governador ali. E eu quero fazer aqui um pedido ao Governador: que ele volte a decretar que todo Deputado tenha direito, em cinco dias, a pedir qualquer informação. Isto nos inibe, Sr. Presidente, de passarmos por fazer informações aqui antes da hora, porque podemos pedir as informações e se não estivermos satisfeitos, pedimos oficialmente.

Então, queria pedir ao Governador Requião, dentro daquele seu lado esquerdo, aquele que triunfou por muitos anos nesta Casa - e eu estou lendo a biografia do Governador Requião quando ele era Deputado nesta Casa, eu não sei se vou chegar perto, porque o Requião, acima de tudo, tem vários cursos superiores, foi Governador três vezes, está sendo, foi Senador, foi Prefeito, e eu sou bem pequenininho perto dele, mas estou buscando

nas palavras e nas notas taquigráficas do Governador Requião, quando Deputado nesta Casa, a minha inspiração para ser um pouco mais Deputado do que fui nos últimos quatro anos. As coisas boas deste Governo eu estarei apoiando.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu peço ao nosso Governador - Governador que o Paraná elegeu, menos votos, mais votos, não interessa, está eleito, o interessante é que ganhou e que muitos companheiros ganharam junto, até companheiros de outros Partidos - que o Governador revogue aquele decreto, volte atrás e nos permita que qualquer Parlamentar possa pedir informações sem passar por este Plenário, ficando esta briga, esta dúvida aqui, que não deve ficar. Por isso eu peço ao Governador, em nome daqueles eleitores, como eu que votei nele, e que acreditam no seu lado de esquerda, eu acredito, apesar de que no Governo têm alguns direitistas que querem fazer a cabeça do Governador, como o Governador é um cara que não se deixa fazer a cabeça, até porque é um socialista e um esquerdista, espero que ele volte o decreto atrás e nos permita fazer pedidos, sem esta questão legal aqui.

Era isto que queria pedir, Sr. Presidente, e pedir ao nosso Líder, Deputado Romanelli. Eu não votei nada contra o Governo, hoje. Todas as questões, votei a favor do Governo. Eu só pedi informações. E tem uma frase muito bonita que eu aprendi - não leio muito, mas o pouco que leio, aprendi - *calar-se, quando deveria protestar; transforma homens em covardes*. Eu tenho mil defeitos, mas eu nunca fui covarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Na verdade, não cabe Explicações Pessoais ou aparte, mas o Deputado Jocelito tratou de alguns temas conceituais que para mim são muito importantes. Tratou sobre um tema fundamental que é um direito à cidadania, que é direito à informação.

O que eu quero dizer é que esta liderança, em momento algum está aqui tratando de cercear, até por conta que a ordem institucional vigente, a nossa Carta Constitucional prevê, de forma muito objetiva, o direito à informação, inclusive para qualquer cidadão, não precisa nem ser Deputado, não precisa ter o privilégio de ser Deputado. O fato é que um pedido de informação, Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, eu dizia o seguinte: fui Oposição desta Casa e apresentei muitos pedidos de informação. A grande maioria não chegou nem a ser votada nesta Casa, porque por acordo com o então Líder do Governo, o Deputado Valdir Rossoni, nós retirávamos o pedido de informação e o Governo prestava as informações que eram absolutamente necessárias para serem analisadas. Esta foi a minha proposta ao Deputado Jocelito. Eu não propus, em nenhum momento, a suspen-

são do direito de cidadania, um direito constitucional e é claro, no exercício das prerrogativas de Deputado Estadual, de evitar que ele fizesse o pedido de informações. O que eu propus e vou retomar essa discussão, inclusive, em relação a este requerimento sobre essa questão que envolve a PAVIBRAS e a SANEPAR é que o Governo quer prestar todos os esclarecimentos necessários para que o Parlamentar forme a convicção sobre o tema que está sendo discutido.

Agora, muitas vezes, não é necessário que nós façamos toda essa discussão, que muitas vezes, claro, leva a se criar um factóide nessa discussão aqui neste Plenário, como têm temas que nós devíamos estar discutindo, sobre políticas públicas, da maior importância.

Por isso, quero dizer que nós temos - foi isso que aconteceu aqui - o desejo de aprovar a grande maioria dos pedidos de informação.

Isso foi feito com o requerimento do Deputado Plauto sobre os veículos da área de segurança e tantos outros requerimentos, mas o fato é que têm temas que, da forma como estão escritos, fica difícil. Sinceramente, o que é natureza jurídica? V. Exa., Presidente, é agrônomo, dificilmente vai conseguir me explicar o que é natureza jurídica. O Valdir Rossoni que é matemático, professor, também não vai conseguir. Só quem tem formação na área jurídica vai conseguir! Este é o item 01 do requerimento do Deputado Jocelito sobre a questão da COHAPAR.

Para esclarecer: natureza jurídica, qual é a personalidade?

A personalidade da COHAPAR é personalidade de pessoa jurídica.

Só pra entender, compreender o que é pessoa jurídica. O fato, Sr. Presidente, é que estes temas todos, da forma com que estão sendo tratados, poderiam ser bem tratados, porque claro que envolvem a questão salarial. Certamente este é um tema que tem que ser regulado por esta Casa, que implica esta questão salarial. Isso tem que ser feito de uma forma muito transparente para que todos tenham regras claras de quanto pode ser o salário. De fato, estamos dando aqui exemplo, porque o nosso salário ficou o mesmo salário. Falava eu com o Deputado Osmar Serraglio e a Câmara Federal, muito provavelmente, vai aumentar em 26% o salário dos Deputados Federais, 26% que vai ser a correção da inflação dos últimos quatro anos. Parece-me absolutamente razoável este tipo de critério.

Mas só para dizer, Exa., acho que os temas devem ser debatidos com transparência, mas certamente, creio eu que aqui não dá para se fazer nenhum embate, muito menos com o Deputado Jocelito que foi um grande companheiro nosso desse processo eleitoral, uma pessoa que teve um papel importante naquela região dos Campos Gerais. Tem sido nosso companheiro, hoje votou conosco aqui a manutenção dos dois vetos do Governador, eu tenho como uma pessoa do bem, aliás uma vez, nós dois conseguimos fazer uma coisa muito bonita que foi resgatar, minimamente, a dignidade de uma família que havia

perdido a casa e, por motivação do Deputado Jocelito, nós construímos uma casa no Município de Piraquara e, pelo menos, resgatamos a dignidade de uma família!

O fato, Sr. Presidente, é que estes temas conceituais, que envolvem os grandes temas de liberdade, têm que ser preservados, porque nós que acreditamos na democracia sabemos que a democracia tem dois princípios que a fundamentam: a igualdade e a liberdade. Por isso, é fundamental que possamos discutir, amplamente, os temas que envolvem a sociedade paranaense!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, sua e dos demais Parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível, Deputado, porque temos dois Deputados apenas para Explicações Pessoais. Se V. Exa. quiser eu lhe dou...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Alguns minutos só para esclarecer aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobrou alguns minutos do Deputado Romanelli, V. Exa. pode fazer o uso.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço. Até porque temos tempo suficiente. Colocar, aqui, aos Deputados, que ainda a Oposição não tem Líder.

Estão me escalando como Líder, mas amanhã teremos uma reunião, vamos estabelecer um trabalho e me proponho a ser Deputado de Oposição e cumprir aqui o meu papel. Têm muitos Deputados que farão Oposição e têm condições de ser Líder da Oposição e terão todo o meu apoio. Agora, o presente momento que estamos vivendo na política do Paraná, não há necessidade de Oposição, é só deixar o circo pegar fogo e esconder o balde d'água. Então, por esta razão a Oposição mantém-se em silêncio, porque toda terça-feira temos novidade. Vamos ver quem será a próxima vítima no dia de amanhã.

Obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Indicações Legislativas****INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 251**

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA:

Propõe equilibrar os vencimentos dos Diretores de escolas estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas escolas que dirigem.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - com o intuito de equilibrar os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas escolas que dirigem.

Proposta de acrescentar o artigo 27-A a Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

“Art. 27-A Serão concedidas gratificações sobre o vencimento inicial da carreira de professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, aos professores em exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino, proporcionalmente ao número de alunos regularmente matriculados, sem prejuízo ao inciso III do artigo 27, desta lei, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 10% (dez por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 500 (quinhentos) e até 1.000 (mil) alunos;

II - gratificação de 15% (quinze por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.000 (mil) e até 1.500 (mil e quinhentos) alunos;

III - gratificação de 20% (vinte por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.500 (mil e quinhentos) e até 2.000 (dois mil) alunos;

IV - gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 2.000 (dois mil) e até 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos;

V - gratificação de 30% (trinta por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 3.000 (três mil) alunos.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Por certo, quanto maior o número de alunos em uma escola, maiores serão as responsabilidades e a carga

de trabalho a serem assumidas pela sua Direção. Nada mais justo então que os professores que respondem por tal cargo recebam gratificação gradualmente proporcional à carga de trabalho que executam. Esta é uma reivindicação antiga da classe.

Assim, a presente indicação tem por objetivo propor uma forma de sanar esta deficiência, apresentando solução para que haja maior equilíbrio entre a carga de trabalho e os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais do Estado do Paraná, e, para tanto, pedimos apoio dos nobres Pares desta Casa.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 252

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA:

Sugerir a abolição do termo “RP” (reprovado) dos históricos escolares, dada a repercussão altamente negativa da expressão no *Curriculum Vitae* do aluno, prejudicando-o até mesmo em sua vida profissional.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação

O Deputado Barbosa Neto dirige-se a V. Exas. para expor o seguinte:

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno da Casa Legislativa Paranaense, bem como as normas constitucionais de iniciação de processo legislativo, vimos, respeitosamente, perante V. Exas. sugerir a apresentação, por parte do Poder Executivo do Estado do Paraná, de um projeto de lei que traga o seguinte conteúdo: a retirada, abolição ou extirpação do termo “RP” (em alusão à condição de reprovado) dos históricos escolares emitidos pelas instituições de ensino públicas ou privadas deste Estado. Em justificativa, contemplamos que tal expressão tem conteúdo extremamente degradante, chegando a ser pejorativo, e passa a causar impacto negativo no *Curriculum Vitae* do jovem estudante, podendo até mesmo causar-lhe prejuízo em momento posterior, à época da busca de emprego.

Portanto, tendo em vista a competência constitucional da Secretaria de Estado da Educação, por meio de Mensagem do Poder Executivo, em iniciar o processo legislativo sobre a matéria em tela, por esta figurar no rol de suas atribuições, esperamos a compreensão e atendimento ao solicitado, em benefício da carreira dos jovens estudantes paranaenses.

Aproveito o ensejo para expressar meu voto de elevada estima e distinta consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e sete dias dos mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Mauro Moraes e Reni Pereira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Mauro Moraes agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrá-

gio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes do Deputado Cheida e da Deputada Rosane Ferreira para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Cheida agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) CHEIDA - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes da Deputada Rosane Ferreira e do Deputado Rui Hara para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleita, a Deputada Rosane Ferreira agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

